

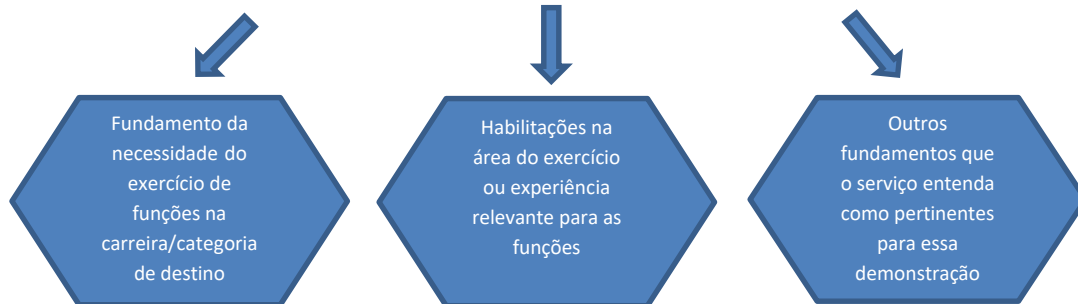
Autorização dos Membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Administração Pública

→ **ARTIGO 152.º, n.º 1, do DLEO ⁽¹⁾**: A constituição de mobilidades intercarreiras/intercategorias que impliquem **valorizações remuneratórias** ficam sujeitas a autorização dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública.

A constituição de uma situação de mobilidade pressupõe sempre a verificação de:

Conveniência para o interesse público

Demonstração, pelo serviço de destino, da **economia, eficiência e eficácia** (artigo 92.º, n.º 1, da LTFP)



O serviço de destino deverá iniciar o procedimento para constituição da mobilidade devendo constar a demonstração/evidência dos seguintes elementos:

Trabalhador	Órgão/serviço de origem	Órgão/serviço de destino
<ul style="list-style-type: none">•Concordância escrita•Carreira/categoria/funções na origem e a exercer no destino•Remuneração base mensal na origem e no destino•Natureza do vínculo de emprego na origem•Titularidade da habilitação literária mínima para o exercício de funções na carreira de destino	<ul style="list-style-type: none">•Concordância escrita (se não dispensada nos termos da lei)•Identificação e natureza jurídica do órgão/serviço	<ul style="list-style-type: none">•Concordância escrita•Identificação e natureza jurídica do órgão/serviço•Informação de cabimento orçamental•Demonstração da verificação de outros requisitos específicos (quando aplicável)•Comprovativo de publicitação da mobilidade, conforme previsto no artigo 97.º-A da LTFP

Remeter o processo instruído ao membro do Governo responsável pela área para obtenção de **DESPACHO PRÉVIO FAVORÁVEL.**

AUTORIZAÇÃO dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública.

⁽¹⁾ Decreto-Lei de Execução Orçamental – Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho.